

Nem Jânio, nem Fujimori



O fisiologismo, logo se vê, não é o único problema de FH

Se pudesse, o presidente Fernando Henrique mandaria de Paris afetuosos postais de agradecimento aos 134 deputados da chamada base parlamentar governista, que por ação ou omissão ajudaram a impor ao Planalto a pior das três decisivas derrotas na reforma da Previdência, ao preservar na Constituição a extravagante peculiaridade brasileira que consiste em equiparar a paga dos servidores aposentados aos da ativa. (No caso dos dois outros privilégios mantidos, faltaram ao governo, respectivamente, 110 e 105 supostos aliados). Eles merecem a gratidão de FH por dois motivos. Primeiro, por terem aprontado a triplíce e, afinal, didática desfeita no mesmo dia em que cerca de 3 mil homens de negócios arribaram a Brasília para reclamar da política econômica e exigir do presidente pressa nas reformas. Segundo, e mais importante, porque lhe entregaram numa bandeja a oportunidade que ele mesmo não pôde ou não ousou construir para si — a de libertar-se da imagem, politicamente cada vez mais onerosa, de refém da fisiologia.

Em público e em particular, FH jura por tudo que é sagrado que em momento algum mudou verbas por votos no Congresso. Se isso é fato, tanto pior. Pois, desde o episódio da natimorta CPI dos Bancos, pas-

sando pela nomeação de um deputado de currículo quercista para cuidar dos “assuntos políticos” do governo, até o ar da felicidade dos membros da bancada ruralista fotografados na rampa do Planalto (depois de não terem sido recebidos pelo presidente), expressiva parcela da opinião pública vem comprando a versão de que, em matéria de costumes políticos, na Era Cardoso tudo muda para ficar como antes. Pode ser injusto, mas faz sentido. Agora, tendo paradoxalmente recuperado com o prejuízo da semana passada o que vinha perdendo com as vitórias anteriores, o presidente está apto a levar adiante a batalha das reformas, não propriamente com um novo plano de combate, mas com a alma aliviada de quem acabou de ser resgatado do inferno astral nas relações com o Congresso e, talvez, na percepção que delas tem a sociedade.

É bem verdade que a equação permanece a mesma: Fernando Henrique continuará precisando de 308 votos para aprovar no atacado, bem como no varejo dos destaques, as emendas constitucionais de que não pretende abrir mão — numa Câmara dos Deputados onde até vice-líderes do governo se dão o direito de votar com a oposição e membros da oposição deixam de votar a favor do governo, quando acham que

deveriam, por dever de disciplina partidária. Tais fatos da vida, nas contas do Planalto, obrigam o presidente, em cada caso, a estar bem com umas 400 excelências para contar com uma razoável margem de segurança. Isso, por sua vez, o impede de mandar às urtigas, como certamente gostaria, o baixo clero parlamentar — aquele espécime político que lhe diz, com toda a naturalidade, que o que lhe interessa não é a reforma, mas a nomeação. Por causa de uma nomeação desatendida, a bancada inteira do Acre, como se viu, ajudou a passar uma rasteira na reforma da Previdência.

Sendo essas coisas como são e sendo o presidente quem é, dificilmente haverá uma reviravolta de 180 graus no sempre delicado relacionamento entre o governo e sua desorganizada, inconfiável maioria na Câmara dos Deputados. Mas o desastre da semana passada não ficará por isso mesmo. Talvez com mais cuidados do que demonstrou até agora, a linha de conduta de Fernando Henrique diante dos políticos antes vorazes do que aliados deverá se pautar por uma espécie de Lei Pinheiro Machado — o senador que, cercado em seu carro por manifestantes hostis, mandou ao motorista seguir em frente “não tão depressa que pareça covardia, nem tão devagar que pareça provocação”. O presidente nem renunciará às reformas nem partirá para o confronto com o Legislativo: não quer ser Jânio, nem Fujimori.

Por isso, ele não parece entusiasmar-se com os conselhos de que deveria soltar a opinião pública em cima do Congresso. Quando escalou o ministro da Fazenda —

e não a si próprio — para dizer na TV que o grande derrotado na votação da Previdência não foi o governo, mas o povo, deu seu recado, sem erguer a voz — esse, por enquanto, é o limite de seu descontentamento em público. Pode ser pouco, mas tão cedo não será diferente. Por menos que esteja disposto a pagar pelas faltas alheias, não faz parte dos planos de FH juntar pedras para que o povo quebre os vidros do Parlamento. Nisso, há uma questão de princípio e um cálculo político. O princípio é o do respeito às regras do jogo democrático. Não será ele quem haverá de criar um ambiente favorável a um *fujimorazo* — o fechamento do Congresso para reformas.

O cálculo político é o de que é mais fácil imaginar do que conseguir a mobilização popular contra os deputados que resistem a aprovar as mudanças sem as quais o Real pode morrer na praia. Seja porque a simpatia pelas reformas, por ser difusa, não se articula em grupos de pressão, como os interesses que elas ameaçam contrariar. Seja porque, afinal de contas, as reformas não são, todas elas, em todos os seus aspectos, uma preferência nacional. O cidadão comum abomina, por exemplo, as aposentadorias especiais. Mas, ou teme igualmente ser prejudicado pela reforma da Previdência, ou não consegue se enxergar como beneficiário futuro da mudança. E muita gente começa a desconfiar de que, hipnotizado pelas reformas, o governo governa menos do que poderia. O fisiologismo, logo se vê, não é o único problema de FH.